www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 46. Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo

Coordenador(es):
Ricardo Verdum (Museu Nacional)
Luís Roberto de Paula (UFABC - Fundação Universidade Federal do Abc)

A participação indígena em processos eleitorais possui uma longa trajetória histórica na América Latina. Há várias casos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores indígenas com mandato conquistado e exercido na região. Há também, mesmo em menor quantidade, experiências de participação indígena em esferas mais amplas (no caso brasileiro, deputados estaduais e federais, por exemplo). Este fenômeno, no entanto, tem recebido pouca atenção da etnologia indígena e da antropologia da política no país. O GT quer reunir pesquisadorxs indígenas e não-indígenas com investigações colaborativas ou acadêmicas nessa temática, bem como aquelxs que estejam em processo de pesquisa e queiram apresentar seus primeiros resultados. Interessa-nos trabalhos que tenham como objeto privilegiado de análise: a relação entre povos indígenas, modelos eleitorais e processos eleitorais específicos; o papel dos determinantes estruturais e da agencia dos atores sociais indígenas na mobilização de recursos e nas decisões de participação em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre candidatos, comunidade e movimento indígena; a relação entre lideranças locais e representantes institucionais eleitos; o vínculo de indígenas com partidos políticos; distanciamento entre base eleitoral e candidatos eleitos; a pertinência do sistema de quotas indígenas em processos eleitorais; possibilidades e limites de construção de protagonismo e autodeterminação dos povos indígenas pela via eleitoral.

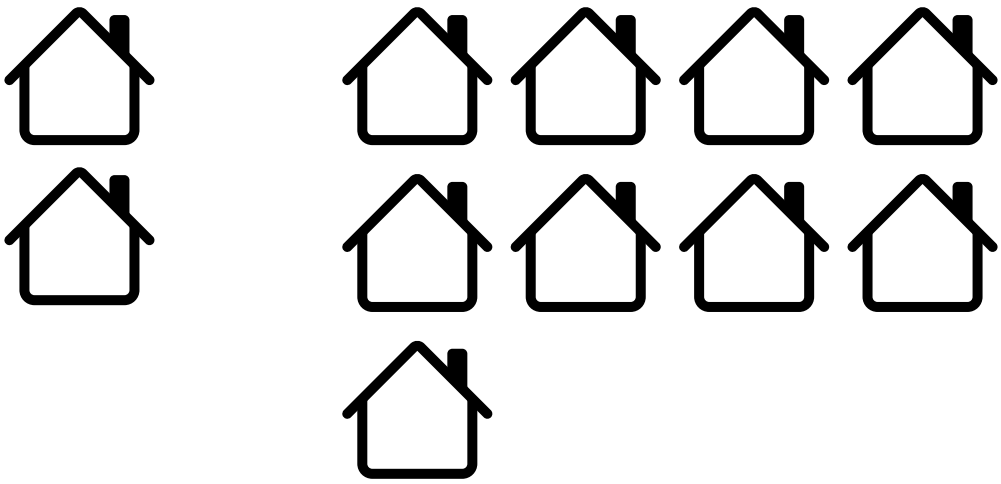
Entrando na política indígena no Sul do Amazonas: Trajetórias sociais de lideranças Tupi Kagwahiva em cargos públicos e participação política em eleições municipais em Humaitá e Manicoré em 2016 e 2018

Autoria: Jordeanes do Nascimento Araujo (UFAM - Universidade Federal do Amazonas), Suellen Andrade Barroso

A História dos Povos Tupi Kagwahiva mistura-se aos processos de ocupação da Amazônia, notoriamente àqueles ligados ao sistema de Seringal e à construção da BR-230, nos anos 1970. A Transamazônica como política estatal modificou a organização social, cultural, política, econômica e estrutural das aldeias. De fato, a edificação daquela estrada invadiu abruptamente o território indígena Tenharin e Jiahui, obrigando-os à ocupação da margem da estrada numa tentativa de garantir a defesa territorial e cultural, isto é, um esforço de luta por seus direitos. Este work busca refletir sobre a construção da liderança Tupi Kagwahiva no contexto do sul do Amazonas, evidenciando a trajetória social das lideranças em contextos situacionais políticos e suas relações sociais com as agências estatais, com a política local de Humaitá e Manicoré participando de secretarias indígenas ou concorrendo aos pleitos eleitorais municipais. Busca compreender como as lideranças são formadas dentro e fora do contexto da aldeia e como esta formação coaduna-se na trajetória social de cada liderança política indígena.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**